

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº       ,DE 2013**  
**(Do Sr. Deputado MARCON)**

*Susta os efeitos da resolução nº 429 de 05 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Transito – CONTRAN que “Estabelece critérios para o registro de tratores destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de construção, de pavimentação ou guindastes (máquinas de elevação)”*

**O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:**

**Art. 1º.** Ficam sustados, desde a data de sua publicação, os efeitos da Resolução nº 429 de 05 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Transito – CONTRAN, que “Estabelece critérios para o registro de tratores destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de construção, de pavimentação ou guindastes (máquinas de elevação)”

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor a partir da data de sua publicação.

**JUSTIFICATIVA**

A referida resolução ao dispor sobre a obrigatoriedade do registro e o emplacamento de tratores e máquinas agrícolas exorbita do poder regulamentar delegado ao referido Conselho ao estabelecer exigências não previstas em Lei, causando uma enorme insegurança aos agricultores e trabalhadores rurais do país. Ainda que se entenda da competência do referido órgão a edição de normas deste tipo, não poderia fazê-lo sem estabelecer de forma a exigência deverá ser cumprida e quais os reais custos deste emplacamento. Tampouco explicita as exigências para conduzir tais veículos.

No mínimo passariam a incidir hoje sob os nossos agricultores despesas como pagamento de IPVA, Licenciamento, Seguro Obrigatório e demais taxas de expedição de documentos, elevando assim o custo da produção de alimentos.

Também, ao não estabelecer quais as exigências em relação às normas para os equipamentos de segurança, tampouco qual será o tratamento dos agentes de trânsito e de segurança quando estes veículos transitarem em via pública, a Resolução deixa a cargo dos agentes de trânsito aplicar as normas que melhor entenderem, aumentando mais ainda o clima de insegurança jurídica e econômica no meio rural.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 2013.

**Deputado MARCON - PT/RS**